

# A EDUCAÇÃO DE PESSOAS CEGAS NO BRASIL

João Roberto FRANCO<sup>1</sup>

Tárcia Regina da Silveira DIAS<sup>2</sup>

---

**Resumo:** Este artigo tem como objetivo descrever e analisar os serviços educacionais destinados às pessoas cegas no Brasil, a partir do século XIX até o final do século XX.

**Palavras-chave:** Brasil. Cegos. Deficiência Visual. Educação

---

No Brasil, a primeira preocupação oficial com a educação de pessoas cegas surgiu com o projeto de lei apresentado pelo Deputado Cornélio Ferreira França à Assembléia Legislativa, em 1835, cujo objetivo era oferecer o ensino das primeiras letras para cegos e surdos, na capital do Império e nas capitais das províncias. A proposta, no entanto, foi arquivada (SILVA, 1986; ROCHA, 1987; ANACHE, 1994; FERREIRA & LEMOS, 1995).

O atendimento escolar a pessoas com deficiência teve início no Brasil em 1854, quando o então imperador D. Pedro II, inspirado no exemplo de José Álvares de Azevedo - jovem cego que estudara na França durante seis anos no *Instituto Real dos Jovens Cegos de Paris* -, inaugurou a primeira escola para cegos na cidade do Rio de Janeiro: o *Imperial Instituto dos Meninos Cegos*, hoje denominado *Instituto Benjamin Constant* (JANNUZZI, 1985; SILVA, 1986; ROCHA, 1987; BUENO, 1993; MASINI, 1994; SOMBRA, 1994; FERREIRA & LEMOS, 1995; MAZZOTTA, 1996; BRUNO, 1997).

O *Imperial Instituto dos Meninos Cegos* atendia, em 1872, a 35 alunos, sendo que destes, 20 pagavam pelos seus estudos. Segundo Mazzotta (1996), a população de cegos no Brasil naquela época era de 15.848 pessoas, números estes que nos dão a clareza da precariedade dos serviços face às necessidades da população com deficiência visual.

---

<sup>1</sup> João Roberto Franco - psicólogo formado pela UNESP/Assis, com aprimoramento profissional pela UNICAMP e mestrado em educação especial pela UFSCar. Atualmente é professor e supervisor de estágio do curso de psicologia da Fundação Educacional de Araçatuba (FEA). e-mail: [jrfpsi@hotmail.com](mailto:jrfpsi@hotmail.com).

<sup>2</sup> Tárcia Regina da Silveira Dias - psicóloga e doutora pela Universidade de São Paulo (USP). Atualmente é professora e orientadora dos programas de pós-graduação em Educação da UNESP/Araraquara e do Centro Universitário Moura Lacerda em Ribeirão Preto. e-mail: [tdias@netsite.com.br](mailto:tdias@netsite.com.br).

Até o advento da República, as pessoas com deficiência visual recebiam um maior apoio do poder estatal, porém, com o decorrer das transformações sociais no país, o quadro alterou-se chegando a um equilíbrio nos atendimentos que passaram a ter usuários com deficiências mentais, visuais, auditivas e físicas (BUENO, 1993; ANACHE, 1994).

Até 1926, ano de fundação do *Instituto São Rafael*, em Belo Horizonte, o *Instituto Benjamin Constant* era a única instituição especializada para cegos no Brasil. Nas décadas de 1920, 1930 e 1940, houve um aumento no número de escolas residenciais para cegos que, no entanto, apresentavam a característica de escolas segregadas. Em 1927, foi fundado, em São Paulo, o *Instituto para Cegos “Padre Chico”*; em Porto Alegre, o *Instituto Santa Luzia*; em 1935, em Pernambuco, o *Instituto dos Cegos*; em 1936, em Salvador, foi criado o *Instituto de Cegos na Bahia* e, em 1944, em Curitiba, o *Instituto Paranaense dos Cegos* (ROCHA, 1987; BUENO, 1993; MASINI, 1994; SOMBRA, 1994; FERREIRA & LEMOS, 1995; MAZZOTTA, 1996; DALL’ACQUA, 1997).

Em 1945, foi implantado no *Instituto de Educação Caetano de Campos*, em São Paulo, o primeiro curso de especialização de professores para o ensino de pessoas com deficiência visual. A partir de 1950, houve um aumento na impressão de livros em Braille em nosso país com a instalação da imprensa Braille na *Fundação para o Livro do Cego no Brasil*, inaugurada em 1946 e atualmente denominada *Fundação Dorina Nowill para Cegos*, que possibilitou à pessoa cega melhores condições de estudo. Até então, a única imprensa Braille existente no Brasil encontrava-se instalada no *Instituto Benjamin Constant*. Até os dias de hoje, estas continuam sendo as duas únicas impressoras que produzem livros em Braille em nosso país (ROCHA, 1987; ANACHE, 1994; MASINI, 1994; SOMBRA, 1994).

Após a II Guerra Mundial, em decorrência do grande número de pessoas mutiladas, cegas ou com outras deficiências, intensificou-se o atendimento nos programas de reabilitação. Ao contingente de veteranos oriundos do referido conflito foram incorporadas as pessoas que não tiveram instrução na infância e/ou as incapacitadas por acidentes de diversas origens (AMIRALIAN, 1986; SILVA, 1986; SOMBRA, 1994).

Para Rocha (1987), a década de 1950 foi um marco ao início da emancipação das pessoas cegas. Foi nessa década que o Conselho Nacional de Educação permitiu o ingresso de estudantes cegos nas Faculdades de Filosofia, oferecendo-lhes, oficialmente, a oportunidade profissional no Ensino Superior. Em 1950, foi instalada, no Estado de São Paulo, a primeira classe Braille no ensino regular. Inicialmente esta classe funcionou em caráter experimental, sendo oficializada em 1953.

Em 1956, foi instituída a *Campanha Nacional de Educação e Reabilitação dos Deficientes Visuais* que passou a ser denominada, na década de 1960, *Campanha Nacional de Educação dos Cegos*, subordinada diretamente ao Ministro de Estado da Educação e Cultura (ROCHA, 1987; BUENO, 1993; MAZZOTTA, 1996).

Os programas de atendimento destinados às pessoas com deficiência visual ocorriam de maneira similar àqueles oferecidos às pessoas com outras deficiências. Mazzotta (1996) destaca dois períodos na evolução da Educação Especial no Brasil: o primeiro, de 1854 a 1956, caracterizado por iniciativas oficiais e particulares, e o segundo, de 1957 a 1993, marcado por iniciativas oficiais de âmbito nacional. Instaurou-se, dessa forma, o atendimento especializado, com bases educacionais e orientado pelo órgão responsável pelas políticas de ações no Brasil.

Nas décadas de 1960 e 1970, houve um maior crescimento e desenvolvimento dos serviços destinados à reabilitação, em função de um maior incentivo e apoio governamental (AMIRALIAN, 1986; ANACHE, 1994; MAZZOTTA, 1996).

A partir de 1961, com a Lei de Diretrizes e Bases nº 4.024/61, o Estado passou a garantir a educação da pessoa com deficiência integrada ao sistema regular de ensino (ROCHA, 1987). Segundo Anache (1994), tal integração não ocorreu de fato, pois o Estado não viabilizou a referida proposta e o atendimento educacional dessas pessoas ficou sob a responsabilidade de instituições particulares subvencionadas pelo governo.

Na década de 1970, iniciou-se, no Estado de São Paulo, a formação de professores de Educação Especial no Ensino Superior. Em 1973, o Ministério da Educação e Cultura criou o *Centro Nacional de Educação Especial (CENESP)*, responsável em todo o território nacional pela melhoria e expansão do atendimento à pessoa com deficiência em todas as instâncias educacionais, visando sua integração na sociedade, o que levou à extinção da *Campanha Nacional de Educação dos Cegos* (ROCHA, 1987; BUENO, 1993; MAZZOTTA, 1993; ANACHE, 1994; BRASIL, 1994; MASINI, 1994; MAZZOTTA, 1996).

Em 1986, foi criada a *Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência (CORDE)*; e o *Centro Nacional de Educação Especial (CENESP)* foi substituído pela *Secretaria de Educação Especial - SESPE* (ANACHE, 1994). Em 1990, devido a uma reestruturação do Ministério da Educação, a *Secretaria de Educação Especial (SESPE)* foi extinta e, mediante uma nova organização do magistério, em 1992, surgiu a *Secretaria de Educação Especial - SEESP* (MAZZOTTA, 1996).

Cabe ressaltar que, nas últimas duas décadas, foram registrados consideráveis avanços na conquista da igualdade e do exercício de direitos da pessoa com deficiência, nas formas de

lei e políticas de ação. Contudo, foi durante a década de 1980 que esta pessoa começou a deixar de ser objeto para se tornar sujeito das ações de prevenção, reabilitação, inserção no mercado de trabalho e obtenção dos direitos de cidadania. Apesar disso, o acesso e a permanência da pessoa cega na escola ainda são muito escassos. Estima-se que apenas 1% da população com deficiência visual recebem algum tipo de atendimento educacional (SILVA, 1986; AMARAL, 1994; BRASIL, 1994).

Anache (1994) aponta que, embora seja possível perceber um aumento na oferta de serviços à pessoa com deficiência visual, como as salas de recursos e o atendimento em instituições especializadas, estas melhorias ainda não podem ser consideradas como avanços, visto que a pessoa cega continua a enfrentar o problema da discriminação.

Constata-se que, ao longo de sua história, a Educação Especial no Brasil foi marcada pela baixa oferta de serviços e recursos financeiros. Desde a fundação do *Imperial Instituto dos Meninos Cegos* até os dias de hoje, as ações do Estado não correspondem à demanda existente - somente uma pequena parcela das pessoas com deficiência visual pode ser considerada atendida (AMARAL, 1994; ANACHE, 1994; BRASIL, 1994; BRUNO, 1997; SANTOS, 2000).

Embora tenham ocorrido mudanças nas condições educacionais das pessoas com deficiência visual, estas ainda continuam a lutar contra a desvantagem social e para conquistar a sua cidadania.

Com o recente movimento de inclusão que preconiza a transformação da escola, visando torná-la capaz de ministrar um ensino de qualidade ao público alvo heterogêneo, considerando as diferenças e especificidades do seu alunado, será que as pessoas com deficiência visual poderão avançar em escolarização e inclusão social?

Para tecer algumas considerações sobre uma possível resposta a essa questão, é importante conhecer que as propostas da inclusão se assentam no reconhecimento e na aceitação da diversidade social, buscando condições, dentro da escola, para que todas as pessoas, em suas necessidades, possam se desenvolver e usufruir de oportunidades semelhantes na vida social, da maneira discutida por Unesco (1994), Aranha (2000) e Brasil (2001).

E como um movimento democrático, as mudanças fundamentais no contexto da escola só podem ser realizadas pela participação efetiva dos vários segmentos envolvidos no processo educacional. O processo de mudança deve seguir os mesmos princípios democráticos subjacentes ao paradigma de inclusão (BRASIL, 2001).

Com a oportunidade de participação e com reformas em áreas estratégicas que possibilitem superar as dificuldades educacionais decorrentes da necessidade do alunado, descartando a inclusão insipiente denunciada por Mrech (2001), o movimento de inclusão escolar pode responder às necessidades das pessoas com deficiência, oferecendo-lhes firme suporte político e legal para facilitar-lhes a conquista de uma educação de qualidade e da própria cidadania.

FRANCO, João Roberto; DIAS, Tércia Regina da Silveira. The education of the blind in Brazil. **Avesso do Avesso**, Araçatuba, v.5, n.5, p. 74-82, Ago. 2007.

**Abstract:** The purpose of this article is to describe and analyze the educational services designated to the blind in Brazil, from the XIX<sup>th</sup> to the end of the XX<sup>th</sup> century.

**Key words:** Brazil. Blind. Visual and educational deficiency.

## REFERÊNCIAS

- AMARAL, L. A. **Pensar a diferença: deficiência**. Brasília: CORDE, 1994.
- AMIRALIAN, M. L. T. M. **Psicologia do excepcional**. São Paulo: EPU, 1986.
- ANACHE, A. A. **Educação e deficiência: estudo sobre a educação da pessoa com “deficiência” visual**. Campo Grande: CECITEC/UFMS, 1994.
- ARANHA, M. S. F. Inclusão social e municipalização. In: MANZINI, E. J. (Org.) **Educação Especial: temas atuais**. Marília: Unesp, 2000. p.1-9.
- BRASIL. **Política Nacional de Educação Especial**. Brasília: MEC/SEESP, 1994.
- BRASIL. Resolução n. 2 de 11 de setembro de 2001. Institui Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. **Diário Oficial da União**, Brasília, Seção 1, p.39-41, 14 set. 2001.
- BRUNO, M. M. G. **Deficiência visual: reflexão sobre a prática pedagógica**. São Paulo: Laramara, 1997.
- BUENO, J. G. S. **Educação Especial brasileira: integração/segregação do aluno diferente**. São Paulo: Educ, 1993.

DALL'ACQUA, M. J. C. **Estimulação da visão subnormal de uma criança no ambiente escolar**: um estudo de caso. 1997. 212 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 1997.

FERREIRA, P. F.; LEMOS, F. M. Instituto Benjamin Constant uma história centenária. **Revista Benjamin Constant**, Rio de Janeiro, n.1, p. 1-8, 1995.

JANNUZZI, G. M. **A luta pela educação do deficiente mental no Brasil**. São Paulo: Cortez, 1985.

MASINI, E. F. S. A educação do portador de deficiência visual: as perspectivas do vidente e não vidente. In: ALENCAR, E. M. L. S. (Org.) **Tendências e desafios da Educação Especial**. Brasília: SEESP, 1994. p. 82-103. (Série Atualidades Pedagógicas, n. 1).

MAZZOTTA, M. J. S. **Trabalho docente e formação de professores de Educação Especial**. São Paulo: EPU, 1993.

\_\_\_\_\_. **Educação Especial no Brasil**: história e políticas públicas. São Paulo: Cortez, 1996.

MRECH, L.M. **Educação inclusiva**: realidade ou utopia? Disponível em: <<http://www.educacaoonline.pro.br/>>. Acesso em: 22 out. 2001.

ROCHA, H. **Ensaio sobre a problemática da cegueira**. Belo Horizonte: Fundação Hilton Rocha, 1987.

SANTOS, M. P. Educação inclusiva e a declaração de Salamanca: conseqüências ao sistema educacional brasileiro. **Integração**, Brasília, n.22, p. 34-40, 2000.

SILVA, O. M. **A epopéia ignorada**: a pessoa deficiente na história do mundo de ontem e de hoje. São Paulo: CEDAS, 1986.

SOMBRA, L. A. Instituto Benjamin Constant: a educação de cegos é uma realidade. In: ALENCAR, E. M. L. S. (Org.). **Tendências e desafios da Educação Especial**. Brasília, p. 224-228, 1994. (Série Atualidades Pedagógicas, n. 1).

UNESCO **Declaração de Salamanca: sobre princípios, política e prática em educação especial**. Disponível em: <<http://www.regra.com.br/educacao/salanc.htm>>. Acesso em: 14 de set. 1994.